

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Contato Hoje (previsto) Class.: Cinta Larga 231

Data: 06/04/91 Pg.: 10 e 11

Crime

**Acerto de contas**

*Cansados da exploração do homem branco, há mais de duas décadas, os Cinta Larga começam a cobrar, até com vidas, os direitos indígenas.*

*Altair Marinho*



Índios Cinta Larga

A morte de cinco pessoas no começo de fevereiro, praticada pelos índios Cinta Larga na reserva indígena Serra Morena, município de Juína, a aproximadamente 800 quilômetros de Cuiabá, está sendo encarada pelo órgão e entidades indigenistas de Mato Grosso como resquícios de um processo de injustiças vivido pela tribo desde a década de 60. Vítimas de um massacre tristemente conhecido como a "Chacina do Paralelo 11" que dizimou metade da população em 1966, sob a responsabilidade, atribuída à época, a empresa seringalista Arruda e Junqueira e, mais recentemente, as invasões de madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, são compreendidas pelos próprios Cinta Larga como formas de exploração do homem branco sobre o índio.

Segundo cacique Lampeão da Serra Morena e o índio Bakairi Aristino Churapi, há cerca de dois anos morando com os Cinta Larga, a área de 148 mil e 300 hectares dentro da reserva demarcada do Parque do Aripuanã sofre constantemente ações de predado-

res. "O pessoal tem olho grande, diz Churapi. Para ele, a morte dos três homens e duas mulheres foram necessárias diante das circunstâncias em que estavam colocados. O Bakairi Cinta Larga relata que um grupo de 35 índios

seguiram uma picada aberta na mata até o acampamento da família com a intenção de retirá-los das terras. Mas diante da agressividade de um homem que empurrou um dos líderes e tentou pegar uma arma de fogo, um dos índios soltou uma flecha. "Com isso o conflito aconteceu", justifica-se Lampeão.

Para Eudes Cardoso de Araújo, 40 anos, técnico de indigenismo da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Cuiabá, o assassinato feito pelos Cinta Larga não pode ser visto como puro ato de violência. "É preciso lembrar o passado para verificar a barbaridade enfrentada por esta etnia", observa o assessor da superintendência. Eudes conta que a tribo vem passando por um processo antigo de furto de madeira com influência da Funai desde 1986, principalmente. Os roubos, para posterior comercialização, eram realizados a mando, sem constrangimento, do então presidente da Funai, Romero Jucá, e do ex-superintendente regional em Mato Grosso, Nilson Campos Moreira, que ficou no cargo até junho de 1990 e fazia, também, a transação de ouro extraído no garimpo do rio Aripuanã.



Aristino Churapi: autoridades acobertam exploradores

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: \_\_\_\_\_

Class.: \_\_\_\_\_

231 (cont.)

Data: \_\_\_\_\_

Pg.: \_\_\_\_\_

Eudes Araújo disse que depois de descoberta as fraudes, entrou com denúncia na Justiça. Atualmente, Romero Jucá e Nilson Campos respondem processo criminal em Cuiabá e Porto Velho (RO). O indigenista alega que os trabalhos do Ministério Público e da Justiça Federal estão demorados por falta de estrutura e condições financeiras da Justiça e da Polícia Federal, a última fazendo acariação dos fatos. "Apesar de um levantamento moroso, tenho certeza que serão punidos", espera. Eudes afirma que quando foram apontadas as primeiras suspeitas e com a atuação da Justiça, o ex-superintendente diminuiu as negociações e passou a usar os próprios índios como intermediários. A reportagem da Contato Hoje procurou o juiz Lindoval Marques, responsável pelo processo, mas foi informada que o magistrado estava em Rondônia a serviço.

Após cerca de 15 dias da chacina a Funai enviou uma equipe de indigenistas ao local chefiada por Eudes Araújo, para fazer um relatório. Segundo Eudes, apesar das vítimas terem alegado estar na área a pedido da Prefeitura Municipal de Juína, conforme declarações dos Cinta Larga, o fazendeiro Valter Damiani, proprietário de terras na divisa do Parque, afirmou na presença da Polícia Federal ter contratado a família para fazer derrubada de madeira. Essas cinco pessoas foram deixadas lá pelo fazendeiro um mês antes do crime. O assessor da Funai sublinha que a história contada pelo fazendeiro é duvidosa, justamente porque em período de chuvas, de dezembro a maio, não se faz derrubada de madeira. "É mais provável ter ocorrido interesse na terra para atividade garimpeira, uma vez que a área é rica em ouro", opina o indigenista.

Na visão do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Operação Anchieta (Opan) e o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), a invasão de madeireiros, garimpeiros e, principalmente, de fazendeiros, em terras indígenas, há vários anos está destruindo o patrimônio e habitat dos seus legítimos donos. Para Sebastião Carlos Moreira, 36 anos, membro da coordenação do Cimi, as consequências da pressão sobre os povos indígenas são as doenças, fome e o descontrole das comunidades tribais. "Todos de alguma forma querem tirar proveito e, sem cerimônia, desrespeitam os direitos dos índios, contrariando a Constituição",



Eudes, da Funai

aponta Sebastião. "Prova disso foi a atitude do prefeito de Juína que no ano passado pediu na Justiça reintegração de posse da área onde ocorreu o conflito", completa o coordenador do Conselho. A ação de posse foi negada.

Antes mesmo do confronto com a família Matias os Cinta Larga invadiram a construção da hidrelétrica de Juína, iniciadas e paralisadas as obras à época do ex-governador e agora senador Júlio Campos. Em dezembro um grupo de Cinta Larga contrariou a negociação da madeira esteve em Brasília e denunciou os constantes problemas e pediram à Funai condições de subsis-

tência e o urgente fechamento do garimpo nas proximidades da reserva. Os trabalhos de cerca de 400 garimpeiros já acabaram com o pescado, principal fonte de alimentação indígena. Depois do crime os índios exigiram a presença de diretores das Centrais Elétricas Mato-Grossenses (Cemat) e fizeram uma série de reivindicações. Entre os pedidos, além de óleo diesel, reparo mecânico nas Toyotas, conjunto de gerador, extensão da rede de energia até a aldeia, motor de popa e uma Toyota nova, exigem a imediata paralisação da atividade garimpeira no córrego Sorriso, divisa com a reserva.

Na semana passada alguns líderes Cinta Larga se reuniram na Funai com diretores da Cemat, Ibama e da Code-mat, e acertaram o envio de uma equipe desses órgãos para tratar a questão com os garimpeiros. O fechamento do garimpo beneficiará os índios e a Centrais Elétricas, justamente porque a estatal pretende retomar as obras este ano e com o rio Aripuanã poluído e com barro dificultará as obras.

Com o anúncio da chacina da família Matias e com a exposição dos crânios em praça pública na cidade de Juína criou-se um clima de revolta popular contra os Cinta Larga. Para as entidades indigenistas a violência não é a solução dos conflitos. Mas a superação das animosidades só acontecerá quando obedecerem os direitos indígenas e realizarem uma regularização fundiária.

## Versões opostas

Apesar da família Matias ter sido morta por um grupo de 35 Cinta Larga, o delegado de polícia de Juína, Sérgio Batista da Silva, 55 anos, disse desconfiar dos índios Ricardo Poeira e Aristino Churapi como responsáveis pelo crime. "É necessário apurar essa psicose indígena", avalia o delegado. Para ele, que assume a delegacia civil da região pela quarta vez, a exposição dos crânios em praça pública foi um incidente. "Recolhemos os restos dos corpos no local da chacina, fora da reserva, e trouxemos para a cidade. Quando chegamos os parentes dos mortos pediram para enterrar, mas foram surpreendidos por populares que levaram e penduraram na praça", justifica-se Sérgio.

Essa versão é contestada pelos Cin-

ta Larga. Na visão deles, o delegado criou mais um fato para acirrar o clima de agressões contra os índios. No ano passado o Bakairi Aristino Churapi foi preso e espancado e só foi solto, segundo a Funai, porque populares intervieram. "O delegado me bateu e fez ameaças para deixar a aldeia. A raiva dele é porque falamos do seu envolvimento com madeireiros", frisa Churapi. Sérgio Batista é acusado pelos índios de acobertar a comercialização da madeira através de uma associação de madeireiros da cidade. Essa suposta associação tem o nome de alguns índios como sócios, mas nunca participaram na distribuição da renda. Em 1990 a Funai entrou com ação e pediu extinção da entidade na Justiça Federal e a abertura do inquérito foi feita no Ministério Público.